

Parágrafo único. As usinas hidrelétricas mencionadas no inciso II, que apresentarem unidades geradoras referentes a mais de uma faixa de potência, terão seus índices de indisponibilidade calculados considerando a média ponderada dos valores das diferentes faixas pelas referidas potências unitárias.

Art. 6º Os índices definidos no Anexo serão atualizados a cada cinco anos, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN

ANEXO

Índices de Referência de Indisponibilidades Forçada e Programada de Usinas Hidrelétricas

Limites (MW)	TEIF (%)	IP (%)
Potência Unitária ≤ 29	2,068	4,660
29 < Potência Unitária ≤ 59	1,982	5,292
59 < Potência Unitária ≤ 199	1,638	6,141
199 < Potência Unitária ≤ 499	2,196	3,840
499 < Potência Unitária ≤ 699	1,251	1,556
699 < Potência Unitária ≤ 1300	3,115	8,263

PORTARIA Nº 485, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 18, 19 e 20 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta no Processo nº 48000.001597/2014-68, resolve:

Art. 1º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente da Usina Hidrelétrica denominada UHE São Luiz do Tapajós, localizada no submercado Norte, de acordo com as diretrizes definidas nas Portarias MME nº 29, de 28 de janeiro de 2011, nº 514, de 2 de setembro de 2011, na presente Portaria e outras que vierem a ser estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia.

§ 1º O Leilão deverá ser realizado em 15 de dezembro de 2014.

§ 2º O Leilão deverá ser realizado em ambiente fechado, e os seus respectivos atos de negociação deverão ser realizados em plataforma operacional a ser disponibilizada em Rede Privada de Computadores.

Art. 2º Caberá à ANEEL elaborar o Edital e o respectivo Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, bem como adotar as medidas necessárias para a promoção do Leilão de que trata o art. 1º, nos quais deverão estar previstos:

I - a energia elétrica proveniente da UHE São Luiz do Tapajós será objeto de CCEAR na modalidade por quantidade de energia, com início de suprimento em 1º de julho de 2020 e término de suprimento em 31 de dezembro de 2049;

II - o cronograma do empreendimento constante do Edital deverá prever a entrada em operação comercial da primeira Unidade Geradora em dezembro de 2019;

III - a entrada em operação comercial das Unidades Geradoras do empreendimento a ser licitado deverá ocorrer conforme cronograma do empreendimento constante do Edital, ficando assegurada a contratação de toda a parcela da garantia física proveniente do respectivo empreendimento a ser destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, durante todo o período de Motorização da Usina, observado o início de suprimento estabelecido no inciso I;

IV - haverá aplicação de penalidades no caso da não entrada em operação comercial das unidades geradoras nas datas previstas no cronograma do empreendimento constante do Contrato de Concessão, até a completa motorização da usina;

V - as obrigações de entrega de energia elétrica, disciplinadas no CCEAR, deverão ser compatíveis com o cronograma de entrada em operação comercial das Unidades Geradoras do empreendimento, observado o início de suprimento estabelecido no inciso I;

VI - o percentual mínimo de energia hidrelétrica a ser destinada ao mercado regulado, nos termos do art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, será igual a:

a) oitenta por cento, caso não haja participação de Auto-produtores na Sociedade de Propósito Específico - SPE; ou

b) setenta por cento, desde que haja participação de Auto-produtores na SPE, sendo que a parcela de energia a ser destinada a estes agentes será de no mínimo dez por cento;

VII - não serão imputados ao vencedor da licitação os custos relativos à eventual construção de obras de navegabilidade, à exceção das obras previstas no projeto de viabilidade aprovado pela ANEEL;

VIII - assegurar o direito de participação de entidades de previdência complementar;

IX - assegurar que o Poder Concedente autorizará a assunção do controle da concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, nos termos do § 2º do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

X - os valores de Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada - TEIF e de Indisponibilidade Programada - IP, conforme estabelecido no relatório "Revisão dos Valores de Referência de Indisponibilidade Forçada - TEIF e Programada - IP de Usinas Hidrelétricas", aprovado por meio da Portaria MME nº 484, de 11 de setembro de 2014; e

XI - o número de Grupos Turbina/Gerador que deverá operar como compensador síncrono.

§ 1º O cronograma de entrada em operação comercial das Unidades Geradoras da UHE São Luiz do Tapajós será definido pelo Ministério de Minas e Energia, com base nos estudos elaborados pela EPE, e encaminhados à ANEEL.

§ 2º As demais características técnicas e operativas da UHE São Luiz do Tapajós descritas no Edital deverão ser compatíveis com o cronograma de entrada em operação comercial das Unidades Geradoras e com Portaria da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético de definição do valor da Garantia Física do empreendimento.

§ 3º O Autoprodutor, a que se refere o inciso VI, é aquele consumidor participante da SPE a quem seja destinada, para seu uso exclusivo, parte da energia produzida pelo empreendimento, nos termos do art. 26 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 3º Deverá ser constituída, antes da Outorga da Concessão para Uso de Bem Público para exploração da UHE São Luiz do Tapajós, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, preferencialmente sob a forma de Sociedade Anônima - S.A., no caso do vencedor da licitação ser Consórcio, Fundo de Investimentos, Empresa Estrangeira ou Entidade de Previdência Complementar, entre outros.

§ 1º A participação acionária direta conjunta de fornecedores e construtores não será superior a:

a) quarenta por cento no Consórcio participante do Leilão; e

b) vinte por cento na Sociedade de Propósito Específico.

§ 2º Poderá, a critério exclusivo do vencedor da licitação, haver o ingresso de sócios estratégicos, incluindo, entre outros, Entidades de Previdência Complementar e Empresa Estatal, na composição acionária da SPE, mediante prévia autorização da ANEEL.

§ 3º A SPE deverá atender, no mínimo, aos seguintes padrões de Governança Corporativa exigidos no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA:

I - transparência na gestão da SPE;

II - quórum qualificado para decisões estratégicas, inclusive para celebração de contratos ou de transações envolvendo a SPE e suas partes relacionadas, entendidas como:

a) qualquer acionista ou quotista com mais de cinco por cento do capital social da SPE;

b) quaisquer administradores da Companhia efetivos ou suplentes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 4º grau; e

c) quaisquer sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de qualquer das pessoas indicadas nas alíneas acima;

III - vedação da estipulação de direito de veto em favor dos fornecedores e construtores envolvidos no empreendimento;

IV - indicação de conselheiros proporcionalmente à participação social da SPE com pelo menos vinte por cento de conselheiros independentes;

V - impedimento de voto em situações de conflito de interesses por parte dos acionistas controladores; e

VI - quando constituída na forma de Sociedade Anônima, manter compromisso de:

a) que os acionistas integrem apenas ações ordinárias;

b) realizar oferta pública de ações; e

c) garantir aos acionistas minoritários a venda conjunta, em caso de alienação do controle da Companhia, pelo mesmo preço por ação oferecido aos acionistas controladores (tag along de cem por cento).

Art. 4º A demanda de consumo de energia elétrica a ser atendida pela energia proveniente da UHE São Luiz do Tapajós será definida a partir das Declarações de Necessidade de Compra de Energia Elétrica apresentadas para o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2014, estabelecido por meio da Portaria MME nº 169, de 15 de abril de 2014.

Parágrafo único. Na definição da demanda de que trata o caput não serão considerados os volumes de energia a que se refere o § 3º do art. 12 da Portaria MME nº 169, de 2014, que sejam decorrentes da rescisão de CCEAR oriundos dos Leilões de Energia Nova.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 9 DE SETEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria n. 3.070, de 8 de abril de 2014, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Nº 4.828 - Processo nº 48500.005622/2010-08. Interessado: Nova Eurús IV Energias Renováveis S.A. Objeto: (i) Incluir o cronograma de implantação da Central Geradora Eólica Eurús IV, objeto da Portaria MME nº 273, de 26 de abril de 2011, que deverá iniciar a operação comercial até 28 de fevereiro de 2015, (ii) fixar o início do suprimento dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado atrelados a essa usina em 1º de março de 2015, mantido o prazo de suprimento de 20 anos.

Nº 4.825 - Processo nº 48500.005535/2010-42. Interessado: Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. Objeto: (i) Incluir o cronograma de implantação da Central Geradora Eólica Asa Branca I, objeto da Portaria MME nº 267, de 20 de abril de 2011, que deverá iniciar a operação comercial até 28 de fevereiro de 2015, (ii) fixar o

início do suprimento dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado atrelados a essa usina em 1º de março de 2015, mantido o prazo de suprimento de 20 anos.

Nº 4.826. Processo nº 48500.005536/2010-97. Interessado: Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. Objeto: (i) Incluir o cronograma de implantação da Central Geradora Eólica Asa Branca II, objeto da Portaria MME nº 333, de 27 de maio de 2011, que deverá iniciar a operação comercial até 28 de fevereiro de 2015, (ii) fixar o início do suprimento dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado atrelados a essa usina em 1º de março de 2015, mantido o prazo de suprimento de 20 anos.

Nº 4.827 - Processo nº 48500.005537/2010-31. Interessado: Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. Objeto: (i) Incluir o cronograma de implantação da Central Geradora Eólica Asa Branca III, objeto da Portaria MME nº 334, de 27 de maio de 2011, que deverá iniciar a operação comercial até 28 de fevereiro de 2015, (ii) fixar o início do suprimento dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado atrelados a essa usina em 1º de março de 2015, mantido o prazo de suprimento de 20 anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

REIVE BARROS DOS SANTOS

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.829, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001165/2010-74. Interessada: Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. Objeto: Alterar, de 14.400 kW para 16.800 kW, a potência instalada da EOL Icarai, localizada no município de Amontada, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

REIVE BARROS DOS SANTOS

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.830, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, conforme a Portaria nº 3.070, de 8 de abril de 2014, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007287/2013-17. Interessado: Glencane Bioenergia S.A. Objeto: Autoriza a empresa Glencane Bioenergia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.316.801/0001-02, a explorar a Usina Termelétrica - UTE Rio Vermelho 2, com Potência Instalada de 40.000 kW e Potência Líquida de 30.000 kW, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, localizada no município de Junqueirópolis, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

REIVE BARROS DOS SANTOS

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.831, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, conforme a Portaria nº 3.070, de 8 de abril de 2014, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 27100.000496/1984-86. Interessado: Nacional de Grafite Ltda. Objeto: Extingue a concessão da Usina Hidrelétrica Grafite. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

REIVE BARROS DOS SANTOS

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.832, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004146/2014-23. Interessada: Light Serviços de Eletricidade S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Interessada, a área de terra necessária à implantação da Subestação Caioba 138/13,8 kV - 3x40 MVA. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

REIVE BARROS DOS SANTOS

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.833, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003003/2014-02. Interessada: Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, as áreas de terra necessárias à implantação da Linha de Distribuição 138kV Ramal Jurong. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

REIVE BARROS DOS SANTOS